



DIREITO CONSTITUCIONAL

Júnior Vieira, professor de direito constitucional no Gran Cursos

1- Marque a opção incorreta.

- a) A limitação do poder estatal foi um dos grandes desideratos do liberalismo, o qual exalta a garantia dos direitos do homem como razão de ser do Estado.
- b) A divisão do poder, segundo o critério geográfico, é a descentralização, e a divisão funcional do poder é a base da organização do governo nas democracias ocidentais.
- c) A divisão funcional do poder é, mais precisamente, o próprio federalismo.
- d) Montesquieu abria exceção ao princípio da separação dos poderes ao admitir a intervenção do chefe de Estado, pelo veto, no processo legislativo.
- e) Aristóteles apresenta as funções do Estado em deliberante, executiva e judiciária, sendo que Locke as reconhece como: a legislativa, a executiva e a federativa.

Comentário – *Alternativa incorreta: C. O federalismo é uma repartição geográfica e de acordo com a preponderância do interesse (interesse nacional, interesse regional e interesse local). A questão trata da repartição funcional entre Executivo, Legislativo e Judiciário, logo, está incorreta a opção C.*

2- Marque a opção correta.

- a) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, geográfica, política e educacional dos povos da América Latina.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- e) O repúdio ao terrorismo e ao racismo é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

Comentário – *Alternativa correta: E. Nada mais que o próprio texto da Carta Magna, senão vejamos: Art. 4º: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo.*

3- Marque a opção incorreta.

- a) O civilmente identificado pode ser submetido à identificação criminal, nos termos da lei.
- b) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- c) O Brasil admite a prisão civil por dívida.
- d) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
- e) O Brasil admite a pena de morte.

Comentário – *Alternativa incorreta: D. Mais uma vez nos deparamos com mais um item cuja resposta se encontraria facilmente no Art. 5: LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. Ou seja, a lei poderá, sim, restringir nos casos citados acima.*

4- Marque a opção correta.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, entretanto, exige-se prévio aviso à autoridade competente.
- b) Inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo o sigilo da correspondência, por ordem judicial.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, por determinação judicial após as 18 horas e durante o dia para prestar socorro, em caso de flagrante delito ou desastre.
- d) Exige-se o trânsito em julgado da decisão judicial para que as associações tenham suas atividades suspensas.
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos fundamentais que forem aprovados, no Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Comentário – *Alternativa correta: A. Ao contrário do que muitos afirmam, ainda vale muito a pena estudar o texto seco das leis. Mais uma vez a resposta indagada pode ser identificada tão somente tendo conhecimento do Art. 5, inciso XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.*

5- Marque a opção incorreta.

- a) É vedado aos Estados manter relação de aliança com representantes de cultos religiosos ou igrejas, resguardando-se o interesse público.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento dos Estados far-se-ão por lei complementar federal, após divulgação dos Estudos de Viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Incluem-se entre os bens dos estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- d) O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- e) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Comentário – *Alternativa incorreta: B. O motivo pelo qual a letra B está incorreta se dá pelo simples detalhe de que o Estudo de Viabilidade só é exigido em se tratando de municípios.*

6- Marque a opção correta.

- a) Os Estados-membros se auto-organizam por meio da escolha direta de seus representantes nos Poderes Legislativo e Executivo locais, em que haja qualquer vínculo de subordinação por parte da União. (*Errado – Seria auto-governo, e não auto-organização*)
- b) Ao exercitarem o seu poder constituinte derivado-decorrente, os Estados-membros, a teor do disposto na Constituição Federal, respeitam os princípios constitucionais sensíveis, princípios federais extensíveis e princípios constitucionais estabelecidos. (**Alternativa correta**)
- c) Os Estados-membros em sua tríplice capacidade garantidora de autonomia se autoadministram normatizando sua própria legislação e regras de competência. (*Errado – Seria auto-legislação ou auto-organização, e não auto-administração*)
- d) A autonomia estadual também se caracteriza pelo autogoverno, uma vez que ditam suas respectivas Constituições. (*Errado – Seria auto-organização, e não auto-governo*)
- e) Os Estados poderão, mediante lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas, constituídas por regiões administrativas limítrofes. (*Errado – A lei complementar referida é estadual, e não federal*)

7- Marque a opção incorreta.

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a indisponibilidade dos bens sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão precedência sobre os demais setores administrativos dentro de suas áreas de competência.

- c) A proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange as sociedades de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil S/A.
- d) As funções de confiança serão preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- e) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Comentário – Alternativa incorreta: D. Esta definição é de “Cargo em Comissão”. Para funções de confiança serão aceitos somente servidores efetivos (100%), não há necessidade de serem de “carreira” e de se estabelecerem percentuais mínimos em lei.

8- Marque a opção correta.

- a) O servidor estável do Distrito Federal pode ser exonerado a fim de que o limite legal de despesa com pessoal seja observado. (**Alternativa correta** – Será no caso de todas as medidas anteriores não surtirem o efeito desejado (vide CF 169 §4º))
- b) Fica autorizada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, desde que pertencentes a mais de uma unidade gestora, nos termos da lei. (Errado – É vedada a existência)
- c) Em caso de invalidez permanente, os servidores abrangidos pelo regime de previdência, nos termos da Constituição Federal, receberão proventos integrais. (Errado – Será proporcional)
- d) Eventual ocupante de vaga de servidor reintegrado, se estável, será reconduzido ao cargo de origem mediante prévia e justa indenização proporcional ao tempo de serviço. (Errado – Não há indenização)
- e) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de disponibilidade, nos termos da Constituição Federal. (Errado – Tempo de contribuição, conta para aposentadoria/Tempo de serviço, conta para disponibilidade)

9- Marque a opção correta.

- a) A lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. (Errado - PPA é o “DOM” – Diretrizes, Objetivos e Metas... / “MP”, ou seja, metas e prioridades, é papel da LDO)
- b) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação a projeto de lei relativo ao orçamento anual desde que não finalizada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta. (Errado – A votação da referida parte não poderá ter sido iniciada)
- c) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas, fundos e fundações mantidas pelo Poder Público. (Errado – Apenas para aquelas entidades que não são mantidas pelo poder público)
- d) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual serão apreciados pelo Senado Federal. (Errado – Serão apreciados pelas duas Casas do CN, na forma do regimento comum)
- e) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. (**Alternativa correta**)

10- Quanto aos princípios orçamentários, marque a opção correta.

- a) O Princípio da universalidade da matéria orçamentária estabelece que somente deve constar no orçamento matéria pertinente à fixação da despesa e à previsão da receita. (Errado – Trata-se do princípio da exclusividade)
- b) O Princípio da Programação preconiza a vinculação necessária à ação governamental, assegurando-se a finalidade do plano plurianual. (**Alternativa correta**)
- c) O Princípio da não-afetação da receita preconiza que não pode haver transferência, transposição ou remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa. (Errado – Não-afetação é não poder vincular a receita de impostos a quaisquer fins, ressalvadas as hipóteses constitucionais)

d) O Princípio da reserva de lei estabelece que os orçamentos e créditos adicionais devem ser incluídos em valores brutos, todas as despesas e receitas da União, inclusive as relativas aos seus fundos. *(Errado – Trata-se do princípio do Orçamento Bruto)*

e) O Princípio do Equilíbrio Orçamentário estabelece que a lei orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. *(Errado – Trata-se do princípio da exclusividade)*

GABARITO

1 - C

2 - E

3 - D

4- A

5- B

6- B

7- D

8- A

9- E

10- B